



Diário da Assembléia

LEI N. 6.591, DE 2 DE AGOSTO DE 1962

Assegura aos membros da Magistratura a aposentadoria com vencimentos integrais aos 25 (vinte e cinco) anos de função pública.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Concelção da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica assegurada aos membros da Magistratura a aposentadoria com vencimentos integrais, aos 25 (vinte e cinco) anos de função pública.

Artigo 2.º — Para gozar da vantagem de que trata o artigo anterior, deverão os interessados requerê-la ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de agosto de 1962.

a) Concelção da Costa Neves, Presidente
Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de agosto de 1962.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral, substituto.

LEI N. 6.862, DE 9 DE AGOSTO DE 1962

Revoga o § 2.º do art. 1.º da lei n. 2.069, de 21 de dezembro de 1952, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Concelção da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica revogado o § 2.º do art. 1.º da Lei n. 2.069, de 24 de dezembro de 1952.

Artigo 2.º — O artigo 1.º da Lei n. 2.776, de 17 de novembro de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1.º — O funcionário público com direito ao gozo de licença-prêmio poderá optar pelo recebimento, em dinheiro, de importância correspondente ao período total da licença”.

Parágrafo único — Para efeito de cálculo será considerado o padrão ou referência de vencimentos do cargo de que o funcionário for ocupante efetivo”.

Artigo 3.º — O disposto no artigo 1.º da Lei n. 2.069, de 24 de dezembro de 1952, e no artigo 1.º da Lei n. 2.776, de 17 de novembro de 1954, com as alterações feitas pela presente lei, fica extensivo aos servidores estaduais, não funcionários, inclusive aos das autarquias, das autarquias administrativas, dos serviços industriais, das estradas de ferro de propriedade e administração do Estado, bem como aos das sociedades anônimas em que o Estado seja detentor da maioria das ações, com direito a licença-prêmio nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único — Para efeito de cálculo, considerar-se-á, quando o servidor não for ocupante de cargo ou a este não corresponder padrão ou referência, a importância percebida a título de vencimento ou salário.

Artigo 4.º — As despesas com a execução desta lei correrão, conforme o caso, à conta das verbas próprias do orçamento do Estado ou das autarquias.

Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de agosto de 1962.

a) Concelção da Costa Neves, Presidente
Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de agosto de 1962.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral, substituto.

ORDEM DO DIA

PARA A 136.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 10 DE AGOSTO DE 1962

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

1 — 2.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 1.068, de 1960, apresentado pelo deputado Augusto do Amaral, concedendo auxílio aos lavradores de Itatiba, para ressarcimento de prejuízos causados à lavoura por tromba d'água e chuva de granizo. Pareceres ns. 3.143 e 3.144, de 1961, respectivamente das Comissões de Economia e de Finanças, favoráveis, com emenda.

2 — 1.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 1.758, de 1959, apresentado pelo deputado Mendonça Falcão, concedendo auxílio à Paróquia Nossa Senhora dos Pobres de Butantã, desta Capital. Parecer n. 914, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda visando à constitucionalidade.

3 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 406, de 1959, apresentado pelo deputado Antônio Sampaio, concedendo auxílio à Sociedade “Regina Caritativas”, de Marília. Pareceres ns. 2.843, de 1961 e 998, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, contrários.

4 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.271, de 1957, apresentado pelo deputado Domingos Lot Neto, concedendo auxílio à Prefeitura Municipal de Bilac. Parecer n. 3.167, de 1957, da Comissão de Justiça, favorável.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — 1.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 464, de 1961, apresentado pelo deputado Alfredo Farhat, anexando ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da Comarca de Casa Branca o Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor da mesma Comarca. Com emenda. Parecer n. 1.838, de 1961, de relator especial, contrário.

2 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 758, de 1951, apresentado pelo deputado José Costa, declarando de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Conservação do Solo, desta Capital. Parecer n. 1.050, de 1952, da Comissão de Justiça, favorável.

3 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 192, de 1952, apresentado pelo deputado Jacob Zveibil, declarando de utilidade pública o Lions Clube de São Paulo, Parq. da Capital. Parecer n. 1.063, de 1952, da Comissão de Justiça, favorável.

4 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 239, de 1959, apresentado pelo deputado Nunes Ferreira, criando ginásio em Mirassolândia. Pareceres ns. 3.247 e 3.248, de 1960, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

5 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.800, de 1959, apresentado pelo deputado Luciano Lepora, criando escola artesanal no bairro de Vila Virginia, no município de Ribeirão Preto. Pareceres ns. 2.580, de 1959 e 2.395, de 1961, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis, com emenda. Parecer n. 2.396, de 1961, da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto e as emendas.

6 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 475, de 1961, apresentado pelo deputado Angelo Zanini, considerando como efetivo exercício as licenças de saúde concedidas aos componentes da Guarda Civil. Parecer n. 3.468, de 1961, da Comissão de Redação, entrosando emenda aprovada em 1.ª discussão. Parecer n. 318, de 1962, da Comissão de Serviço Civil, favorável.

7 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 727, de 1961, apresentado pelo deputado Bento Dias Gonzaga, criando um hospital Psiquiátrico em Piracicaba. Pareceres ns. 437 e 1.198, de 1962, respectivamente das Comissões de Saúde e de Finanças, favoráveis.

8 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 871, de 1961, apresentado pelo deputado Francisco Franco, criando ginásio no bairro do Cocuêta, em Mogi das Cruzes. Pareceres ns. 1.024 e 1.117, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

9 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 527, de 1959, apresentado pelo deputado Scalamarandé Sabrinho, atribuindo aos integrantes da carreira de que trata o artigo 1.º da Lei n. 199, de 1.º-12-48, bacheleiros em direito, o adicional de 1/3 sobre os seus vencimentos, em compensação pela res-

trição estabelecida no artigo 45 da mesma lei. Com emenda. Parecer n. 1.063, de 1959, de relator especial, com substitutivo.

10 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.525, de 1959, apresentado pelo deputado Tte. Cel. Geraldo Antônio Martins, dispondo sobre contagem de pontos por filho menor para as candidatas viúvas de ex-integrantes da FEB nos concursos de remoção e de ingresso ao magistério primário. Parecer n. 2.058, de 1959, da Comissão de Justiça, favorável.

11 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.651, de 1959, apresentado pelo deputado Jacob Pedro Carolo, criando o 2.º grupo escolar na cidade de Pontal. Parecer n. 2.120, de 1959, da Comissão de Justiça, favorável.

12 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 170, de 1960, apresentado pelo deputado Tte. Cel. Geraldo Antônio Martins, dispondo sobre concessão de pensão a Cesário Lange. Parecer n. 1.094, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

13 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 377, de 1960, apresentado pelo deputado Dante Perri, criando conservatório Musical em Lucélia. Parecer n. 1.286, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável.

14 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 413, de 1960, apresentado pelo deputado Fernando Mauro, criando escola de iniciação agrícola no município de Pacaembu. Parecer n. 944, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável.

15 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 296, de 1961, apresentado pelo deputado Farabulini Júnior, dando nova redação ao item XV do art. 74 da Lei n. 1, de 18-9-47 que dispõe sobre a percentagem dos municípios no excesso de arrecadação de impostos estaduais sobre as rendas municipais. Parecer n. 2.074, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

16 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 305, de 1961, apresentado pelo deputado C. Stabile Romano, criando escola técnica de comércio em Sorocaiminho. Parecer n. 1.427, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

17 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 306, de 1961, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, criando grupo escolar de Santa Barbara D'Oeste. Parecer n. 1.605, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

18 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 795, de 1961, apresentado pelo deputado Leonarço Ceravolo, dispondo sobre contagem de períodos de afastamento ou licença por motivo de moléstia, para efeito de aposentadoria.

19 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 842, de 1961, apresentado pelo deputado Athlé Coury, dando nova redação ao inciso III do art. 5.º da Lei n. 1.982, de 19-12-52, que dispõe sobre criação do Conselho Estadual de Assistência Hospitalar. Parecer n. 497, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

20 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.075, de 1961, apresentado pelo deputado José Maria Neves, criando ginásio vocacional em Cajobi. Parecer n. 520, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

21 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.166, de 1961, apresentado pelo deputado Germain Feijó, criando subposto de assistência médico-sanitária no distrito de Ubarana, em José Bonifácio. Parecer n. 297 de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

ORDEM DO DIA

PARA A 138.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 13 DE AGOSTO DE 1962

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

1 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 404, de 1959, apresentado pelo deputado Walter Menk, concedendo auxílio à Prefeitura Municipal de Itapeva, destinado a construção de uma ponte sobre o rio Apiaí Guassú. Parecer n. 1176, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

2 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1707, de 1959, apresentado pelo deputado Mendonça Falcão, concedendo auxílio à Associação Educativa Santa Clara, desta Capital. Parecer n. 2259, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável.

3 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 93, de 1960, apresentado pelo deputado Fernando Mauro, criando escola de enfermagem em Garça. Parecer n. 533, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável.

4 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 626, de 1961, apresentado pelo deputado Benedito Matarazzo, autorizando o Executivo a conceder auxílio à Federação Paulista de Natacão. Parecer n. 2054, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Votação em 2.ª discussão do Projeto de lei n. 770, de 1957, apresentado pelo deputado Germain Feijó, criando escola artesanal em Tambauá. Em anexo os Projetos de lei ns. 1031, de 1959, 427 e 721, de 1961. Pareceres ns. 3237 e 3238, de 1960, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis. Com emenda apresentada nos termos do artigo 182 do Regimento Interno. Parecer n. 2956, de 1961, da Comissão de Educação, favorável.

2 — Votação em 2.ª discussão do Projeto de lei n. 742, de 1960, apresentado pelo deputado Angelo Zanini, estendendo aos cursos preenchidos em caráter interino nos Quadros da Justiça, do Ensino e da Universidade de São Paulo as disposições da Lei n. 5.765, de 12-7-60, que criou a Tabela V nos Quadros das Secretarias do Estado. Parecer n. 2207, de 1960 da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer n. 2761, de 1960, da Comissão de Serviço Civil, favorável e oferecendo emenda decorrente da sugestão apresentada nos termos do artigo 61 do Regimento Interno. Com emenda apresentada nos termos do artigo 182 do Regimento Interno. Parecer n. 948, de 1962, de relator especial, favorável.

3 — 2.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 777, de 1957, apresentado pelo deputado Nunes Ferreira, criando o 2.º grupo escolar de Neves Paulista. Pareceres ns. 648 e 649, de 1958, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

4 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 356, de 1961, apresentado pelo deputado Costabile Romano, dando a denominação de “Dr. Luiz Leite Lopes” ao Posto de Puericultura do bairro do Morro do Cipó, no município de Ribeirão Preto. Pareceres ns. 1.710 e 1.711, de 1961, respectivamente das Comissões de Justiça e de Saúde e Higiene, favoráveis.

5 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.351, de 1961, apresentado pelo deputado Oswaldo Santos Ferreira, dando a denominação de “Rubens de Oliveira Camargo” ao Grupo Escolar do distrito de Rubinéia, de Santa Fé do Sul. Pareceres ns. 798, e 1.152 de 1962, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

6 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 203, de 1962, apresentado pelo deputado Almeida Barbosa, declarando de utilidade pública, a “Sociedade de Instrução e Leitura de Campinas”. Parecer n. 1.064, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

7 — Discussão e votação da Moção n. 53, de 1961, apresentado pelo deputado Gustavo Martins, apelando ao Presidente da República, ao Presidente do IAPI e ao Delegado Regional do IAPI em São Paulo no sentido da elevação da sub-agência de Indaítuba à categoria de agência. Parecer n. 2.796, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

8 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.312, de 1959, apresentado pelo deputado Dante Perri, concedendo pensão mensal a D. Nair Balduino Azanha. Pareceres ns. 1.583 e 1.587, de 1960, respectivamente das Comissões de Assistência Social e de Finanças, favoráveis.

9 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.875, de 1960, apresentado pelo deputado Luciano Lepora, transferindo em colégio, o ginásio estadual de Cravinhos. Pareceres ns. 3.091 e 3.092, de 1960, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

10 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1942, de 1959, apresentado pelo deputado Athlé Coury, construindo em estâncias balneárias os municípios de Montaguá e Pontal. Pareceres ns. 193 e 1342, de 1962, respectivamente da Comissão de Saúde e de relator especial, favoráveis.